

Acática
18/5/97 C-6
98

O horizonte da energia no Amazonas

Jorge Luis G. Teixeira *

A reunião do RIO-5 ocorrida no mês de março do corrente, deixou bem claro que, o tão sonhado desenvolvimento sustentável só será alcançado, se somente ocorrerem profundas mudanças de hábitos e costumes em nível global. Isto é, uma revolução no padrão de produção e consumo na maioria dos países de todo o mundo. É a velha pergunta do jargão do gerenciamento da qualidade total: "Quem está produzindo o quê, para quem e como?"

Cálculo apresentado pelo secretário-geral da Comissão Brundland (aquela do famoso relatório "Nosso Futuro Comum" para a Rio-92), Mr. Jim MacNeil, mostrou que cerca de US\$ 700 bilhões são gastos anualmente no mundo com práticas economicamente perdulárias, ecologicamente incorretas e promotoras do desequilíbrio social e empobrecimento de grandes populações, relacionadas ao uso da água, energia, transportes e agricultura.

É evidente a necessidade de uma política global e de políticas nacionais integradas, que contemplem e privilegiem todos os segmentos econômicos. Exemplo disto é a indagação feita por um ecologista na RIO-5: "De que adianta uma cidade desenvolver um projeto de uso de transporte coletivo se toda a política nacional é voltada para o incentivo ao uso do automóvel particular?"

Não obstante a isto, recentemente vêm surgindo no cenário nacional várias propostas para a ocupação e desenvolvimento da Amazônia, destacando-se as idéias do respeitado ex-senador Darcy Ribeiro (Projeto Caboclo) e o Projeto de Lei do deputado Euler Ribeiro, sobre a redivisão do Estado do Amazonas, com a criação dos territórios do Alto Solimões e Alto Rio Negro.

O Território Federal do Rio Negro seria integrado por quatro municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Japurá, com uma extensão de 23.916.500 ha. Nessa região localizam-se dez áreas indígenas com uma superfície superior a 14 milhões de hectares, onde vivem 19 povos indígenas. Portanto, 58% das terras do novo território seriam indígenas. Mais de 90% da população fora das sedes municipais são indígenas. O Território Federal do Solimões abrangeria sete municípios: Benjamin Constant, Tabatinga, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, com uma extensão de 13.142.200 ha. Nessa região existem 17 áreas indígenas, com uma superfície de 9,5 milhões

de hectares. Cerca de 68% das terras do Território seriam indígenas. A população de índios estimada nesta região chega a 30 mil silvícolas, constituindo-se na maioria da população da região.

Neste cenário, as recentes reuniões do Comitê Permanente de Energia da Fieam têm suscitado reflexos sobre essas propostas e sobre o Programa Nacional de Privatização, onde se tem imposto o futuro da geração de energia para a Região Amazônica, em particular para o Estado do Amazonas, sem que se discuta ampla e tecnicamente os efeitos da privatização do setor no campo do social, haja vista que restrições tecnológicas não se apresentam neste processo. "Há solução para tudo".

Há excedentes de hidroenergia e má gerenciamento da mesma na Região Norte. Da mesma forma com relação ao gerenciamento da energia térmica. Em ambos os casos há desperdícios enormes no consumo de ponta. O Governo Federal implementa programas ainda muito tímidos e paliativos, relativamente à redução dos números de excedentes e de desperdícios. Logo vem a pergunta: "A quem interessa o insumo energia na Amazônia, efetivamente, levados em conta os elevados investimentos de custeio, versus o horizonte futuro do mercado consumidor?"

Assim como o Brasil, existem também duas Amazônias. A das capitais, com suas concentrações populacionais (60% no caso de Manaus) e seus atrativos (98% de concentração da economia do Estado, também no caso de Manaus), e a do vazio demográfico (a dos esquecidos), sem atrativos econômicos, exceto o turismo ecológico, o qual não apresenta ainda tecnologia economicamente viável na linha de hotéis de selva, devido às características adversas em grande parte da floresta amazônica e também pelas grandes distâncias a serem vencidas, particularmente com relação aos centros de abastecimento, o que onera em muito o custo do turista ao dia.

Mesmo considerando o interesse do Governo Federal em aumentar de 2,5% para 11,8% a participação do gás natural na matriz energética nacional no ano de 2010, e estando a reserva de gás de Urucu-Tefé (AM) estimada entre as duas maiores do mundo, cabe também perguntar se há mercado atual, ou a médio prazo, que justifique os atuais investimentos previstos em cerca de 1,6 bilhão de dólares para a alavancagem da exploração, criogenização e comercialização do gás de Urucu-Tefé.

Há que se considerar, também, que o incremento do gás natural na matriz energética nacional passa por duas abordagens relevan-

tes. A primeira refere-se ao grande mercado consumidor atual e real, que precisará ser reformulado e despender elevados investimentos para receber este tipo de combustível. Novas tecnologias são sempre mais caras. A segunda, refere-se ao mercado consumidor futuro, ainda não bem dimensionado, que deverá se pronunciar sobre o seu desejo de utilizar o gás natural como combustível para geração de energia e outros fins sociais, considerando cada caso em particular, haja vista as formas de fornecimento de energia disponíveis em cada região do País. Pode ocorrer de se realizar elevados investimentos neste momento da economia regional, com oferta futura de insumo energético a partir do gás natural, sem que mais tarde a curto, médio e longo prazos apareçam compradores potenciais, que justifiquem o montante da oferta deste insumo, o que resultaria basicamente no que hoje se faz, ou seja, reinjetar (no caso do gás natural) ou desperdiçar o excedente da produção, o que contraria os princípios do desenvolvimento sustentável.

No caso do Estado do Amazonas, este representa, em termos de participação, menos de 1% de toda a energia final do País. A UHE Balbina (AM) responde por cerca de 60% da eletricidade produzida para a capital. O déficit de atendimento aos consumidores residenciais é elevado, devido às perdas técnicas e comerciais. Estima-se que cerca de 25% da energia comercializada atualmente, seja perdida, através de ligações clandestinas e perdas técnicas na geração, transmissão e distribuição no sistema Manaus. Só no ano de 1996 foram registrados cerca de 5.875 casos de furto de energia fora das áreas carentes da periferia da cidade. Estima-se que o número de consumidores de energia elétrica no final de 1997, passará de 263 para 280 mil.

Ainda assim, temos custos elevados praticados no interior do Estado e na capital, relativamente às alternativas energéticas. A exemplo, a energia termelétrica no Amazonas atinge o patamar atual de US\$ 120/kWh, contra US\$ 45/kWh do gás natural. Sistemas fotovoltaicos de 4 placas, com 2m2 podem chegar ao custo de US\$ 1.500 (hum mil e quinhentos dólares) para a região. A utilização de outras fontes de energia passa pela ausência de tecnologias com eficiências testadas em condições ambientais do tipo da Amazônia. O que deu certo em termos de fonte alternativa de energia em outras regiões do planeta, não necessariamente dará certo na floresta amazônica. Há que se pesquisar mais para se compreender melhor as sazonalidades e externalidades desta região.

Não restam dúvidas de que é necessário melhorar a perspectiva

e a expectativa de vida do homem amazônica interiorizada, já que é muito complexo se falar em qualidade de vida no meio da maior floresta tropical úmida do mundo. Há que se levar em conta as abordagens feitas no início deste artigo, considerando a realidade antropológica do Estado do Amazonas (que não é diferente dos outros Estados amazônicos) e tendo como observância as riquezas contidas neste gigantesco ecossistema, o qual abriga um tesouro inestimável, particularmente no que se refere ao seu valor para a medicina do terceiro milênio, podendo este patrimônio ser posto em risco por propostas ainda prematuras, quanto ao desenvolvimento da região, por mais que se deseje que ele seja "sustentável".

Talvez se justifique investimentos mais consistentes no gerenciamento operacional do setor elétrico, bem como na infra-estrutura de distribuição, como forma de se evitar maiores desperdícios e permitir que a atual capacidade instalada possa, efetivamente, atender à demanda local, com moderadas expansões.

É possível que os investimentos em centrais térmicas a gás natural interiorizadas na Amazônia não tragam retorno econômico na mesma medida de seus valores, por motivos óbvios de não haver interesse do setor privado em se instalar industrialmente em localidades onde: (1) há escassez de mão-de-obra especializada; (2) há ausência de malha inter e polimodal de escoamento de produção; (3) fator tempo-distância no transporte de perecíveis; (4) há escassez de produtos garantidos; (5) baixa densidade populacional consumidora; (6) localidades muito distantes, onde problemas de navegabilidade de rios e condições de armazenamento são fatores negativos; além de outros.

Não há certeza de geração de grandes números de empregos fora as populações locais, as quais podem muito bem perderem seus espaços, para outras mais preparadas e dispostas a mudar de habitat natural e artificial. É o preço da modernização da economia globalizada.

Da mesma forma, a geração de energia a partir do gás natural, como argumento de incremento do setor madeireiro, possivelmente não se consolidará, pois os setores mineral e medicinal, são de longe, muito mais rentáveis do ponto de vista de produto amazônico como bem econômico de baixo impacto ambiental, garantido o uso de tecnologias limpas para tal.

* O autor é geólogo e presidente do Comitê Permanente de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam)